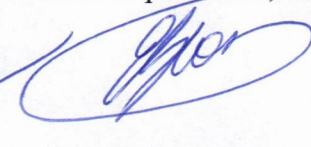
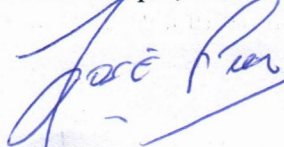
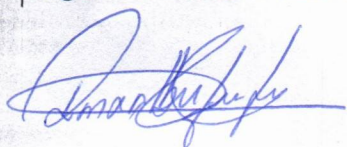
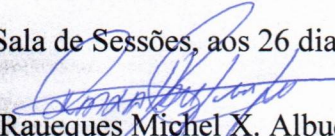


Ata nº 1.621 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Novo Jardim - TO, realizada às dezenove horas do dia 26 do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Após conferência do Quórum Regimental e havendo número legal, sob a proteção de Deus, e a presença dos Senhores Vereadores e Vereadora: Crislane Bonfim Cirqueira, Genivaldo Pinto Carvalho, Givanildo da Silva Pereira, Luís Antônio Freire Rodrigues de Oliveira, José Luís Cardoso Lustosa, Raueques Michel Xavier Albuquerque, Werley Bispo Coelho e Washington Aires Cirqueira. O Presidente Edson Siqueira declarou aberta a presente Sessão. **Pequeno Expediente:** Fez-se leitura do texto bíblico e leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada por Unanimidade. Não havendo **Comunicações das Lideranças**. Passou-se para o **Grande Expediente:** A matéria constante na ordem do dia foi a **Apresentação do Parecer** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Resolução nº 01/2026. **Parecer** da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Resolução nº 01/2026. **Votação em Primeiro Turno** do Projeto de Resolução nº 01/2026, que dispõe sobre a fixação e adequação de novos valores de diárias na Câmara de Vereadores de Novo Jardim – TO. **Votação em Segundo Turno** do Projeto de Lei nº 020/2026 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Novo Jardim e dá outras Providências. **Em discussão** o Projeto de Lei 020/2026. Não houve manifesto. Em Votação o Projeto de Lei 020/2026. O Projeto de Lei 020/2026 foi aprovado por unanimidade em segundo e último Turno. Em discussão o Projeto de Resolução nº 01/2026. Não houve manifesto. Em Votação o Projeto de Resolução nº 01/2026. O Projeto de Resolução nº 01/2026 foi aprovado Por Unanimidade em Primeiro Turno. **Considerações Finais:** O Vereador Pandô cumprimentou o Presidente, os Colegas, as Servidoras da Casa e o público da live. Iniciou seu pronunciamento referindo-se ao debate acalorado ocorrido no dia anterior, classificando-o como necessário e democrático, defendendo que a divergência de ideias sobre projetos deve continuar acontecendo para o bem do debate público. Direcionando-se ao Vereador Raul, enfatizou a importância de os membros das Comissões discutirem os pareceres tecnicamente para evitar divergências em Plenário, ressaltando que cada parlamentar deve assumir a responsabilidade por seu comparecimento ou ausência. Criticou o que chamou de "vereadores improdutivos" que votam sem convicção própria e ficam sem argumentos perante a população, reiterando que projetos extensos (muitas vezes com mais de 40 páginas) não podem ser votados de forma "atropelada" ou em cima da hora. Manifestou confiança de que a Presidência, a partir de agora, garantirá que as Comissões tenham o tempo necessário para o debate. Em seguida, dirigiu-se ao Líder de Governo, solicitando que este interceda junto à Prefeita para obter respostas sobre a regularização da nova lei escolar, visando evitar a perda de recursos federais. Por fim, o Vereador Pandô denunciou o que considera um desprezo para com a economia local, afirmando que grande parte do serviço público municipal é realizado por empresas de Dianópolis. Segundo o parlamentar, cerca de 60% dos recursos do município estariam sendo destinados à cidade vizinha, sem que haja qualquer benefício em troca para Novo Jardim. Orientou a Prefeita a centralizar mais os recursos dentro do município e a olhar com mais zelo para os prestadores de serviço e para o povo jardinense. Encerrou seu discurso com agradecimentos. O Vereador Luizinho cumprimentou o Presidente, os Pares, sua esposa presente no Plenário e demais presentes em nome de sua prima Lene. O Vereador Luizinho iniciou seu pronunciamento rogando por sabedoria no novo ano legislativo. Registrou sua profunda indignação com relatos de cidadãos que afirmam ter ouvido, de membros da gestão municipal, que ele e o Vereador Pandô seriam responsáveis por impedir o trabalho de maquinário em uma propriedade privada e a locação de espaços de eventos. O Vereador Luizinho rebateu as acusações, classificando-as como calúnias, e afirmou que não é papel do parlamentar proibir o trabalho de máquinas, mas sim legislar e buscar o bem comum. Alertou que, caso tais mentiras persistam, convocará os Secretários e a



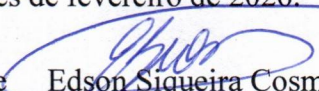
Prefeita à Tribuna para esclarecimentos. Criticou a falta de obras realizadas com recursos próprios do município, mencionando que, após dois anos de gestão e dois carnavais, as promessas de trabalho efetivo ainda não se concretizaram. Sobre questões políticas, o Vereador Luizinho rebateu boatos de que teria se "vendido" à gestão. Afirmou que sua educação e independência parlamentar o permitem dialogar com qualquer colega ou com a própria Prefeita sem que isso signifique submissão. Declarou que foi eleito pelo povo e não por "migalhas de dinheiro", exigindo respeito de ambos os grupos políticos. O Vereador Pandô solicitou a parte. O Vereador Pandô concordou com a fala do colega, classificando como "pequenez" a atitude de membros da gestão em atribuir aos vereadores responsabilidades que, muitas vezes, competem a órgãos como o IBAMA. Relatou ainda um episódio de desrespeito pessoal durante os festejos da cidade, onde, mesmo presente como técnico da equipe do milan e sendo Vereador eleito, foram citados o nome de todos os Vereadores e somente o nome do mesmo foi omitido nas citações oficiais. Exigiu que a gestão tenha mais responsabilidade e pare com perseguições políticas. O Vereador Werley solicitou a parte. O Vereador Werley destacou que o foco do parlamento deve ser a população, e não a divisão de grupos ou interesses próprios. Parabenizou o posicionamento do Vereador Luizinho e lembrou que seu próprio discurso anterior sobre a segurança pública foi distorcido por alguns, reiterando que criticar a falta de efetivo policial é um dever do vereador para garantir o bem-estar da comunidade, e não um ataque à instituição da Polícia Militar. Retomando a palavra, o Vereador Luizinho questionou os custos arcados pelo município (aluguel de imóvel e servidora) para a Polícia Militar, defendendo que tais recursos poderiam ser melhor aplicados se o Estado cumprisse seu papel. Criticou a divisão territorial que vincula Novo Jardim ao batalhão de Taguatinga em vez de Dianópolis, relatando um caso recente de homicídio onde a demora no atendimento policial ocorreu devido à distância, sugerindo que o Estado reveja essa logística. O Presidente Edson agradece a presença da conselheira Lúcia, cumprimenta todos os presentes no plenário nominalmente, e aos que assistem via live. E não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, encerrou a presente Sessão, convocando a todos para a próxima no dia seguinte no mesmo horário.

Sala de Sessões, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2026.



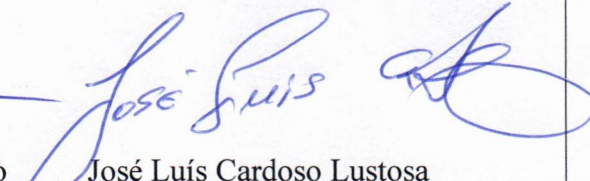
Raueques Michel X. Albuquerque

1º Secretário



Edson Siqueira Cosmo

Presidente



José Luís Cardoso Lustosa

Vice-Presidente/2º Secretário (interino)